|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO | 369/2018 |
| NOTIFICAÇÃO | 733/2018 |
| INTERESSADO | SOLLUS INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA LTDACNPJ 10.713.989/0001-34 |
| OBJETO | COBRANÇA DE ANUIDADE |
| RELATOR(A) | CONSELHEIRO(A) PRISCILA TERRA QUESADA |
| **RELATÓRIO** |

1. Em 10 de maio 2018, a Gerência Financeira do CAU/RS encaminhou a Notificação Administrativa nº 733/2018 à empresa SOLLUS INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA LTDA. - CNPJ 10.713.989/0001-34, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para saldar ou parcelar o débito referente às anuidades de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 em atraso ou para oferecer impugnação escrita a esta Comissão (fl. 11).
2. Notificada (fl.12), a empresa contribuinte apresentou impugnação (fl. 13), bem como juntou documentos (fls. 14-19). Aduziu, em suma, que esteve internado em hospital psiquiátrico no período de 01/03/2013 à 17/03/2015 e que durante este lapso a empresa não realizou atividade, tendo em vista que responde por ela como responsável técnico.
3. Em despacho saneador, tendo presente a alegação da impugnante quanto à inatividade da pessoa jurídica, e, considerando que fora identificado no Sistema de Informação e Comunicação do CAU – SICCAU, RRTs emitidas nos anos de 2013, 2014 e 2018, a contribuinte foi intimada a fornecer os documentos legais hábeis a comprovar a inatividade da pessoa jurídica.
4. Em resposta (fls. 38-44), a impugnante realizou a juntada da DSPJ e DCTF inativas em 2016, a DCTF sem movimento de 2017 e a DCTF sem movimento em 2018.
5. Em diligências realizadas pela Gerência de Atendimento e Fiscalização do CAU/RS (fl. 46), consta a informação de que a empresa registrou-se voluntariamente no Conselho; que existem certidões emitidas nos anos de 2012 e 2013; que existem RRTs emitidas pela pessoa jurídica nos anos de 2013, 2014 e 2018.
6. É o relatório.

|  |
| --- |
| **VOTO DO(A) RELATOR(A)** |

1. Salienta-se, inicialmente, que “*o CAU/BR e os CAUs têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão da arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo*”, conforme dispõe o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.378/2010.
2. Ressalta-se, ainda, que a atividade fiscalizatória tem por objeto “*a exação do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo, abrangendo as atividades, atribuições e campos de atuação dos arquitetos e urbanistas, privativos ou compartilhados com outras profissões regulamentadas, conforme os dispositivos da Lei nº 12.378, de 2010 e da Resolução CAU/BR nº 21, de 2012*” e por objetivo “*coibir o exercício ilegal ou irregular da Arquitetura e Urbanismo, em conformidade com a legislação vigente*”, competindo-lhe “*verificar, na prestação de serviços de Arquitetura e Urbanismo, a existência do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) correspondente, nos termos do que dispõe Resolução específica do CAU/BR*”, conforme dispõem os artigos 4º, 5º e 6º da Resolução nº 22 do CAU/BR, respectivamente.
3. Diante disso, sob pena de causar prejuízo à coletividade de profissionais e empresas que atuam em áreas afeitas à arquitetura e urbanismo e que estão devidamente registrados neste Ente fiscalizador, percebe-se que este não pode deixar de exigir o pagamento dos valores relativos às anuidades, ao lado de contribuições, multas, taxas, tarifas de serviços, doações, legados, juros, rendimentos patrimoniais, subvenções e resultados de convênios, além de outros rendimentos eventuais, que constituem os recursos dos CAUs, conforme o disposto no art. 37, da Lei nº 12.378/2010.
4. Ressalta-se, contudo, que, em se tratando de pessoa jurídica, o fato gerador da anuidade cobrada, em que pesem as respeitáveis posições em sentido contrário, reside no exercício da atividade fiscalizada e não na manutenção de registro junto ao Conselho Profissional. De efeito, giza-se que o registro ativo e realizado de forma voluntária, denota fortes indícios de que tenha sido efetivo o exercício da profissão dentro do interregno pertinente à anuidade, os quais devem ser corroborados por circunstâncias e elementos presentes dos autos.
5. Neste sentido, cito os seguintes julgados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

TRIBUTÁRIO. CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO. No tocante às pessoas jurídicas, a exigência de registro em conselho profissional está subordinada à atividade fim da empresa, conforme artigo 1º da Lei n. 6.839/80. O critério definidor da obrigatoriedade do registro das empresas nos conselhos de fiscalização é norteado pela atividade básica desenvolvida ou serviço prestado a terceiros. O estabelecimento que presta serviços contábeis não está obrigado a registrar-se no Conselho de Administração. (TRF4, AC 5069977-26.2016.404.7100, PRIMEIRA TURMA, Relatora MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, juntado aos autos em 23/06/2017).

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DE ANUIDADES. PESSOA JURÍDICA. FATO GERADOR. ATIVIDADE BÁSICA. 1. No que se refere às pessoas jurídicas, o registro nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões não é requisito para o exercício da atividade empresarial. 2. O art. 1º da Lei nº 6.839/80 estabelece a atividade básica desenvolvida ou o serviço prestado a terceiros como critério definidor da obrigatoriedade de registro das empresas nas entidades competentes para a fiscalização. Logo, o fato gerador das anuidades é definido pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa. 3. Demonstrada a ausência de correlação da atividade da empresa e daquele objeto de fiscalização pelo Conselho, descabe o prosseguimento da cobrança executiva. (TRF4, AC 5018673-76.2016.404.7200, PRIMEIRA TURMA, Relator JORGE ANTONIO MAURIQUE, juntado aos autos em 23/06/2017).

1. Dessa maneira, cabe ao interessado a comprovação da alegada inatividade da pessoa jurídica. Nesse sentido, documentos da Receita Federal e/ou Estadual podem ser hábeis para demonstrar que a empresa não se encontra em atividade, cabendo ao Conselho de Fiscalização Profissional exigir o registro da empresa e o pagamento das anuidades, caso não reste demonstrada a alegada inatividade.
2. No caso em análise, conforme consulta realizada pelo Conselho à junta comercial do estado – JUCISRS, as atividades desenvolvidas pela pessoa jurídica são as seguintes:



1. Da análise do contrato social da empresa, observo que constam atividades privativas de Arquitetura e Urbanismo no objeto, o que determina a obrigatoriedade de registro da empresa no CAU e, tratando-se de pessoa jurídica, o consequente pagamento das anuidades, caso tenha havido o exercício profissional.
2. Ultrapassadas essas questões preliminares, observo que, uma vez evidenciada a emissão de Certidões e RRTs pela pessoa jurídica impugnante, nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2018 (fl. 46), a impugnante foi intimada, em despacho saneador, para que juntasse aos autos os documentos que teriam o condão de comprovar a alegada inatividade da pessoa jurídica.
3. Nesse sentido, importa referir que os atestados médicos que comprovam a internação do responsável técnico da pessoa jurídica, o Arquiteto e Urbanista Márcio André Pacheco Midon, no período de 01/03/2013 a 17/03/2015, não são documentos hábeis para comprovar a inatividade da empresa. Tal fato comprova-se, inclusive, com a emissão de certidões e RRTs pela pessoa jurídica no período, como acima evidenciado.
4. No que se refere ao período de 2016 e 2017, os documentos juntados pela impugnante, especificamente a DSPJ e DCTF sem movimento em 2016 e a DCTF sem movimento de 2017, são documentos hábeis para comprovar a inatividade da pessoa jurídica no período.
5. Quanto ao ano de 2018, em que pese este exercício não seja objeto da presente impugnação, evidencio que a DCTF de 2018 sem movimento juntada, não elide o fato da, documentalmente comprovada existência de RRT emitida pela empresa no ano em que se alega a inatividade, motivo pelo qual entendo ser devida a anuidade de 2018, por ausência de comprovação, no mundo dos fatos, da noticiada inatividade.
6. Destaco, ainda, que a contribuinte se encontra com anotação de profissional responsável técnico, arquiteto e urbanista, em vigor, e, ainda, está ativa perante a receita federal, como se verifica no CNPJ. Tais circunstâncias determinam a continuidade da obrigatoriedade da manutenção do registro da pessoa jurídica no CAU, mormente quando se coloca o foco nas atividades desenvolvidas pela empresa, em especial os serviços de arquitetura e urbanismo.
7. Por oportuno, evidencio que o CAU/BR decidiu prorrogar o prazo do programa de parcelamento de débitos de anuidades atrasadas, o REFIS. Pelo programa, Arquitetos e Urbanistas e Empresas em débito com o Conselho podem fazer a negociação do parcelamento, **com a isenção da multa de mora de 20% e optando pelo parcelamento do valor de 10 (dez) até 25 (vinte e cinco) parcelas, conforme o número de anuidades em aberto, na forma prevista via SICCAU, até o dia 31 de dezembro de 2019**. Após este prazo, os débitos de anuidades existentes poderão ser parcelados somente em até 5 (cinco) vezes, com todos os encargos, conforme as regras da Resolução CAU/BR Nº121/2016.
8. Importa referir, ainda, que a presente manifestação quanto à impugnação realizada, foi elaborada com o suporte jurídico da assessoria jurídica do CAU/RS, a qual subscreve conjuntamente este parecer.
9. Ante o exposto, opino pela **parcial procedência** da impugnação oferecida pela empresa SOLLUS INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA LTDA. – CNPJ 10.713.989/0001-34, com o fim de, com base nos elementos probatórios existentes nos autos, extinguir o débito relativo às anuidades dos exercícios de 2016 e 2017, em razão da comprovada inatividade da pessoa jurídica neste intervalo de tempo, mantendo-se, entretanto, o débito referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, visto que não restou comprovada a alegada inatividade nestes anos, considerando-se os documentos presentes nos autos.

Porto Alegre, 30 de julho de 2019.

 **PRISCILA TERRA QUESADA**

 Conselheiro(a) Relator(a)

**Cezar Eduardo Rieger**

Assessor Jurídico da CPF-CAU/RS

|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO | 369/2018 |
| NOTIFICAÇÃO | 733/2017 |
| INTERESSADO | SOLLUS INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA LTDACNPJ 10.573.382/0001-04 |
| OBJETO | COBRANÇA DE ANUIDADE |
| RELATOR(A) | CONSELHEIRO(A) PRISCILA TERRA QUESADA. |
| **DELIBERAÇÃO Nº 052/2019 – CPF – CAU/RS** |

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS CPF-CAU/RS, reunida ordinariamente em Porto Alegre/RS, na sede do CAU/RS, no dia 30 de julho de 2019, no uso das competências que lhe confere o artigo 97, incisos VIII e IX, do Regimento Interno do CAU/RS, a Deliberação CPF-CAU/RS nº 035/2016 e, ainda, observando a Deliberação Plenária CAU/RS nº 514/2016, após análise do assunto em epígrafe, e,

Considerando o parecer e o voto elaborados pelo(a) Conselheiro(a) Relator(a) do processo,

**DELIBEROU** por:

1. **Aprovar** o parecer do(a) Conselheiro(a) Relator(a), pela **parcial procedência** da impugnação oferecida pela empresa SOLLUS INTELIGÊNCIA GEOGRÁFICA LTDA. – CNPJ 10.713.989/0001-34, com o fim de, com base nos elementos probatórios existentes nos autos, extinguir o débito relativo às anuidades dos exercícios de 2016 e 2017, em razão da comprovada inatividade da pessoa jurídica neste intervalo de tempo, mantendo-se, entretanto, o débito referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, visto que não restou comprovada a alegada inatividade nestes anos, considerando-se os documentos presentes nos autos.
2. **Encaminhar** à Gerência Financeira para **notificar** a parte interessada do teor dessa decisão a, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso por escrito ao Plenário do CAU/RS, informando-lhe, inclusive, que tal decisão está sujeita ao reexame necessário a ser realizado pelo Plenário do CAU/RS.
3. **Encaminhar** à Gerência Jurídica do CAU/RS para parecer em caso de interposição de recurso ao Plenário do CAU/RS.
4. **Submeter** ao Plenário do CAU/RS para que proceda ao julgamento do recurso, que porventura venha a ser interposto, ou em razão de reexame necessário.
5. **Encaminhar**, após o julgamento efetuado pelo Plenário do CAU/RS:
6. À Gerência Financeira para **notificar** a parte interessada do teor da decisão;
7. À Gerência de Atendimento e Fiscalização para promover à interrupção/baixa de ofício, a fim de adequar o registro de acordo com os termos dessa deliberação.

Porto Alegre, 30 de julho de 2019.

|  |  |
| --- | --- |
| **RÔMULO PLENTZ GIRALT**Coordenador  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **PRISCILA TERRA QUESADA**Coordenadora Adjunta | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **ALVINO JARA**Membro | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **RAQUEL RHODEN BRESOLIN**Membro | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |